

**INTERAÇÕES ESPACIAIS ENTRE
TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS NO
NORTE DA AMÉRICA DO SUL**

**SPACE INTERACTIONS BETWEEN
PERIPHERAL TERRITORIES IN THE
NORTH OF THE SOUTH AMERICA**

**INTERACTIONS SPATIALES
ENTRE DES TERRITOIRES
PÉRIPHÉRIQUES DANS LE
NORD DE L'AMÉRIQUE DU SUD**

GUTEMBERG DE VILHENA SILVA

Pesquisador do Grupo Percepções do Amapá,
Professor da UEAP),
Doutorando no PPGG-UFRJ
E-mail: bgeografo@yahoo.com.br

JADSON LUIS REBELO PORTO

Coordenador do Grupo Percepções do Amapá,
Professor da UNIFAP
E-mail: jadsonporto@unifap.br



RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o quadro de mudança política que ocorreu na fronteira franco-brasileira, em função das interações espaciais recentes entre os países em questão e suas unidades administrativas próximas: Amapá pelo Brasil e Guiana Francesa pela França. Toma por base uma área bastante sensível que é a biodiversidade. O artigo é de abordagem qualitativa e é exploratório fundamentado em um estudo de caso. Os principais procedimentos são: análise documental e levantamento bibliográfico. A hipótese é que a geopolítica entre as duas nações focalizadas se alterou no que se refere ao lócus fronteiro, mesmo que ainda não represente um avanço em termos de qualidade de vida para os habitantes da fronteira, como em tese deveria ser. A conclusão indica que diversos debates ainda precisam ser feitos envolvendo a sociedade civil, comunidades indígenas, quilombolas e líderes comunitários, tanto do Amapá quanto da Guiana Francesa, pois estes, sobretudo de Oiapoque (Amapá) e Saint-Georges (Guiana Francesa) são os mais afetados diretamente pelos grandes interesses de integração física de mercados e controle-uso da biodiversidade tropical. Conclui também que a interação territorial entre o Amapá e a Guiana Francesa, mesmo sendo periféricas do ponto de vista da densidade econômica, são estratégicas para seus respectivos países.

Palavras-chave: Amapá, Guiana Francesa, territórios periféricos, interações espaciais, biodiversidade.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the context of political change that occurred in the Franco-Brazilian border from recent spatial interactions between countries concerned and their administrative units next Amapá in Brazil and French Guiana by France. It builds on a very sensitive area that is biodiversity. The article is exploratory qualitative approach and is from a case study. The main procedures are: documentary analysis and literature review. The hypothesis is that the geopolitics between two nations focused has changed regarding the locus border, though it does not represent a breakthrough in terms of quality of life for the inhabitants of the border and in theory should be. The finding indicates that many still need to be discussions involving civil society, indigenous communities, quilombolas and community leaders, both of Amapá on the French Guiana, for these, especially Oiapoque (Amapá) and Saint-Georges (French Guiana) are the most directly affected by the larger interests of physical integration of markets and control-use of tropical biodiversity. Concluded that the interaction between the territorial Amapá and French Guiana, while peripheral in terms of economic density, are strategic to their respective countries.

Keywords: Amapá, French Guyana, peripheral territories, space interactions, biodiversity.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette étude est d'analyser le contexte des changements politiques survenus dans la frontière franco-brésilienne de récentes interactions spatiales entre les pays et leurs unités administratives proche Amapá au Brésil et en Guyane française par la France. Il s'appuie sur un domaine très sensible qui est la diversité biologique. L'article est exploratoire et une approche qualitative à partir d'une étude de cas. Les principales modalités sont les suivantes: analyse documentaire et la revue de la littérature. L'hypothèse est que la géopolitique entre les deux pays, a porté le lieu a changé en ce qui concerne la frontière, même si elle ne représente pas une avancée en termes de qualité de vie pour les habitants de la frontière et, en théorie, devrait l'être. La conclusion indique que beaucoup reste encore à des discussions impliquant la société civile, les communautés autochtones, les quilombolas et les dirigeants communautaires, à la fois d'Amapá sur la Guyane française, pour ces éléments, en particulier Oiapoque (Amapá) et Saint-Georges (Guyane française) sont les plus directement touchés par les grands intérêts de l'intégration physique des marchés et de contrôle de l'utilisation de la biodiversité tropicale. A conclu que l'interaction entre les territoires Amapá et la Guyane française, alors que périphériques en termes de densité, sont stratégiques dans leurs pays respectifs.

Mots-clés: Amapá, Guyane française, les territoires périphériques, spatial interactions, la biodiversité.



1 INTRODUÇÃO

A condição periférica é uma questão histórica de apropriação territorial e subordinação de povos e regiões num processo de divisão territorial do trabalho. A busca pelo espaço vital, a “evolução” socioeconômica e a elaboração e modernização das técnicas pelas nações consideradas “desenvolvidas”, ocasionaram pelo menos três consequências: a) busca frenética por recursos geoestratégicos; b) subordinação de povos considerados “não civilizados”; c) ocupação espacial pelos “civilizados europeus”. Neste caso, Foucher (1991) explica que a imposição dos costumes europeus noutros continentes conhecido como colonização fez com que a fronteira dos Estados nacionais se configurasse fora da Europa, para, com isso, impor-se ao conjunto do planeta.

A literatura geopolítica, como o livro de Foucher, observa que a América do Sul por muito tempo foi palco de vários conflitos por territórios. Dentre os choques geopolíticos, aqui entendidos como a relação entre espaço e poder, destacam-se aqueles envolvendo espanhóis, franceses, holandeses, ingleses e portugueses. Em tal cenário, uma região que ficou marcada pela morosidade na reestruturação política (descolonização) foi o Planalto das Guianas¹, cujo ambiente sintetiza de forma concreta a dominação europeia na América do Sul, uma vez que ali se fala inglês (República Cooperativa da Guiana), holandês (República do Suriname), francês (Departamento da Guiana Francesa) e português (República Federativa do Brasil), bem como muitas tradições refletem um pouco da cultura herdada dos colonizadores. Conforme Vizentini (2009, p. 1), a República Cooperativa da Guiana e a República do Suriname são os dois Estados mais novos e menos povoados da América do Sul e estão entre os de menor dimensão territorial. Além disso, ambos se caracterizam por uma composição etnocultural extremamente complexa e diversa, por idiomas distintos dos demais países sul-americanos e por uma inserção voltada para o Caribe e, ainda, em certa medida, para as ex-metrópoles. Trata-se de países ainda fragilmente conectados com seus vizinhos terrestres e, apesar de possuírem grandes possibilidades produtivas (especialmente nos setores mineral e energético), a economia é rudimentar e carente de infraestrutura de transportes e energia

¹ As Guianas compreendem a região norte da Amazônia, com uma superfície de 1.787.100 km², compreendendo a área total da Guiana Francesa, Guiana e Suriname e áreas parciais do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima, entre os rios Amazonas, Negro e Orinoco (ROCQUE, 1968, p. 843).

A República Cooperativa da Guiana, antiga colônia Inglesa, obteve sua independência em 1966, enquanto a República do Suriname, a última em todo o Continente Americano, conseguiu o *status* de país em 1975. Por outro lado, a Guiana Francesa talvez seja um dos casos bem particulares e politicamente diferentes dos mencionados na América do Sul, uma vez que em 1946 atingiu o *status* de Departamento² Ultramarino Francês, o que a deixou ainda, e até hoje, sob domínio político da França. Soares (1995) esclarece que a departamentalização se deu com a aprovação unânime pela Assembleia Nacional Francesa da transformação de quatro vilas coloniais (Guiana Francesa, na América do Sul, Guadalupe e Martinica, nas Antilhas, e Reunião, no Oceano Índico). Isso significa que essas antigas vilas estão subordinadas política e economicamente à França metropolitana, logo integram a União Europeia mesmo estando fora da Europa. O século XX, interessa ressaltar, foi marcado pela delimitação precisa dos limites políticos nesse planalto e também por uma incorporação de novos “sentidos”³ geoestratégicos no papel atribuído a suas fronteiras⁴. É importante mencionar, seguindo as análises, que os estudos sobre fronteiras e limites são conhecidos como uma das tradições mais antigas e substanciais na Geografia Política⁵ (HOUSE, 1980) e que a demarcação dos limites ocupa o primeiro lugar nas relações internacionais, quando se trata de estabelecer os tratados de paz ou de convivência pacífica entre nações (MODDIE, 1965).

Outra questão a ser ressaltada é que a Geografia Política atual tem que dar conta em seus estudos de uma série de mudanças pelas quais o mundo passou com o advento do meio técnico-científico-informacional; da Reforma do Estado em suas diversas vias, sobretudo a via neoliberal

² Denominação dada às unidades territoriais de países como a França. Departamentos são coletividades territoriais integradas à França metropolitana. Podem ser feitas algumas comparações entre os departamentos franceses ao que é denominado no Brasil Estado Federado, a exemplo do Estado do Amapá.

³ Classicamente as fronteiras representaram ambientes cujo sentido sempre esteve ligado à noção de proteção e defesa, em que o impedimento do avanço do “outro” era sua clara expressão, por isso nos referimos à incorporação de novos “sentidos” (SILVA, 2008) ao papel que elas passam a assumir contemporaneamente.

⁴ Machado (1998) considera que o limite está orientado para dentro num movimento de forças centrípetas, pautado na unidade da nação, ao passo que a fronteira está orientada para fora num movimento centrífugo.

⁵ Jones, Jones e Woods (2004) dividem a Geografia Política em três fases- ascendência (final do século XIX-1940), recrudescimento (1940-1970) e revitalização (de 1970 – à atualidade).

(mais recentemente pela onda de um “pós-neoliberalismo”) e das novas tessituras com múltiplos atores geopoliticamente estratégicos, a exemplo das multinacionais que, por meio das redes geográficas, efetivamente se globalizaram e cuja posição política sobre diversas interações espaciais⁶ e sobre o uso político do território contamina sobremaneira a decisão dos Estados nacionais, o que contribuiu intensamente para a incorporação de novos atributos às fronteiras políticas de algumas nações, a exemplo do Brasil.

O objetivo deste trabalho é trazer alguns apontamentos acerca do quadro de mudança política por que passou a fronteira franco-brasileira na aurora do século XXI. Nesse ambiente, interação fisicamente, pelo menos em termos simbólicos, dois grandes blocos (Mercosul e União Europeia); duas nações politicamente muito importantes para seus continentes (Brasil e França); duas unidades administrativas na Amazônia internacional (Amapá e Guiana Francesa); um ambiente natural extremamente preservado, rico em biodiversidade e com diferentes projetos políticos e(ou) geopolíticos em jogo. Cabe mencionar que essa configuração espacial abrange ações tanto países sul-americanas que planejam incorporar a Pan-Amazônia num quadro de desenvolvimento pela cooperação transfronteiriça quanto nações de outros continentes que objetivam “renovar” seus domínios, como é o caso da França.

A hipótese aqui trabalhada é que a geopolítica entre as duas nações se alterou no que se refere ao lócus fronteiro. Um dos elementos fundantes de tal mudança é o controle e proteção cada vez maior do bioma amazônico⁷ com parcerias institucionalizadas com esse objetivo. Entretanto, tais mecanismos, a exemplo da reestruturação e recomposição de territórios protegidos por leis ambientais e de uso “sustentável”, não representaram ainda uma via de desenvolvimento socioespacial, tendo em vista que muitas das propostas não saem do papel e, quando saem, o uso político do território ainda é controlado por interesses pouco ligados efetivamente ao espaço vivido.

⁶ As interações espaciais se referem a um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico (CORRÊA, 1996).

⁷ Altvater (1992, p. 29) informa que o “[...] moderno sistema capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema na história da humanidade [...]” Nesses termos, “[...] necessita de recursos naturais (energias e matérias primas e também cada vez mais das fontes genéticas localizadas sobretudo no Sul) [...]”. Esse quadro está acentuando-se e a Floresta Amazônica está na agenda atual em vários debates por todo o mundo.

O artigo inicialmente apresenta o recorte estudado e base conceitual central utilizada. Posteriormente, desenvolve análises sobre dois momentos marcantes nas relações internacionais institucionalizadas entre Amapá e Guiana Francesa, que são o isolamento fronteiriço e a posterior cooperação transfronteiriça. Dentro desta, insere-se a cooperação na área da biodiversidade e seus reflexos locais, que é o eixo central do artigo.

2 RECORTE DE INVESTIGAÇÃO E BALIZAMENTO CONCEITUAL

A investigação estará circunstanciada à análise de reestruturação do território fronteiriço sul-americano por meio de interações espaciais entre ambientes periféricos do ponto de vista da densidade econômica, cujo recorte específico de reflexão é a fronteira franco-brasileira. A figura 1, entre outras informações, demonstra o norte da América do Sul onde se localiza o território pesquisado.

FIGURA 1 – FAIXA DE FRONTEIRA⁸/ARCO NORTE DA AMÉRICA DO SUL



FONTE: IBGE; Grupo Retis.

⁸ Os países apresentados, excetuando-se o Brasil, não possuem faixa de fronteira. Para facilitar a compreensão e análise do objeto. Enquadramos esses países na proporção da faixa brasileira. Para mais detalhes sobre a faixa de fronteira da América do Sul, vide Steiman (2002) e Retis (2005).

No âmbito das tendências recentes, tem relevância o conceito de flexibilização do Estado em relação ao território, o que equivale a reconhecer a emergência de múltiplos poderes e novos usos políticos do território, que lhe imprimem novas formas. O território político, central neste ensaio, é uma dimensão jurídica que se constitui num espaço apropriado por e com base nas relações de poder projetadas sobre o espaço, sendo esse poder um conjunto de ações e interesses estruturados de forma relacional num ambiente assimétrico (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995, 2005; CASTRO, 2005).

No contexto indicado de operacionalização da categoria território, sua abordagem deve considerar que ela não é um conceito em si, mas seu uso (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Dessa forma, a base deste trabalho é o uso político que se faz do território (BECKER, 1986; RAFFESTIN, 1993).

O trabalho, então, assume uma correlação entre poder e território, fundamento básico para a interpretação das políticas territoriais aqui analisadas, reconhecendo que esse poder é multidimensional. Tradicionalmente, as transformações territoriais pelas quais o mundo vem passando estão relacionadas ao uso político do território, portanto ao jogo de relações de poder.

Seguindo essa linha, as políticas territoriais supõem modificações na estrutura territorial do país, supõem ainda recortes regionais de planos nacionais de desenvolvimento que muitas vezes expressam uma determinada estratégia de “ajustes territoriais” ou da institucionalização do poder político em suas várias escalas espaciais (nacional, regional ou local) e representam estratégias regionais de desenvolvimento que, de acordo com Sanchez (1992). Refletem a materialização de ações políticas sobre o território e exigem a coerência entre a estrutura social e a estrutura territorial, onde estão sempre presentes os fatos de apropriação, os processos de controle, a política como gestão e o próprio conflito que em última análise reflete a essência do fato político em si mesmo.

A política territorial, dessa forma, pode ser considerada o conjunto de planejamentos estratégicos de médio e longo prazo e suas correspondentes formas de atuação dirigidas a intervir sobre o território, a fim de que assumam as formas que sejam adequadas aos interesses que controlam o poder político (Sanchez, 1992, p. 72). Esse poder político é, sobretudo, controlado pelo Estado, aqui entendido como instituição política territorializada e legitimada pela sociedade.

3 ISOLAMENTO TERRITORIAL, COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E CONTROLE-USO DA BIODIVERSIDADE

Este tópico está dividido em três partes. Inicialmente irá apresentar, pautada no quadro 1, a falta de políticas territoriais para o ambiente fronteiriço franco-brasileiro. Em seguida, balizado no quadro 2, o ensaio aborda um panorama de mudança no uso político desse território, com uma aproximação entre os Estados nacionais e uma valorização crescente do papel geopolítico da fronteira. Em terceiro, analisa a proposta de criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (CFBBA). Toma como base de dados para todo o tópico os atos institucionais (AIs) franco-brasileiros, localizados no *site* do Ministério das Relações Exteriores brasileiro (<http://www2.mre.gov.br/dai/bifrance.htm>). Como foram muitos os acordos com caráter apenas de retificação ou complementariedade de anteriores, optou-se por apresentar apenas os que receberão comentários, mesmo que breves, tanto no primeiro quanto no segundo quadro.

3.1 ISOLAMENTO FRONTEIRIÇO

Por mais que se esteja analisando um período de quase um século, neste momento do trabalho, a leitura dos acordos evidencia que em quase toda essa temporalidade de estudo, as relações franco-brasileiras permaneceram bastante tênues nas proposições de políticas para seu perímetro de fronteira. No quadro 1, optou-se por mostrar os 12 primeiros AIs entre os países. Logo no primeiro caso, chama a atenção seu conteúdo, o qual se refere à resolução de litígio histórico mediante laudo suíço. Esse ato marcou uma nova fase territorial na diplomacia entre Brasil e França, haja vista que forneceu o controle e domínio efetivo para o Brasil ao que ficou conhecido como Questão do Amapá. Parte da área disputada, no que hoje é o Estado do Amapá, foi um pouco maior do que a faixa de fronteira amapaense (figura 1).

Entre o primeiro e o segundo AI há um distanciamento de décadas, fruto do contexto geopolítico da primeira metade do século XX e da relação que por muito tempo foi conflituosa entre eles. Posteriormente, percebeu-se uma aproximação gradativa e contínua. Contudo, as questões relativas ao ambiente transfronteiriço foram tocadas, à medida que as nações começaram a delimitar precisamente seus domínios, que é uma condição clássica do domínio territorial e da soberania das nações. O quadro 1 chama a atenção para o fato de que já em 1968 se teve um acordo de coope-

ração técnico-científica entre os países, mas, pelo “esquecimento” das relações sociais fronteiriças, a proposta não objetivava cooperar no ambiente fronteiriço, lógica essa modificada décadas depois.

QUADRO 1 – ATOS INSTITUCIONAIS
FRANCO-BRASILEIROS (1900-1995)

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PROMULGAÇÃO	
			Decreto	data
Convenção de arbitramento	7/4/1909	27/6/1911	8.850	26/7/1911
Acordo cultural	6/12/1948	6/11/1950	28.743	11/10/1950
Entendimento sobre tráfico marítimo das duas bandeiras	14/7/1951	14/7/1951		
Acordo relativo à cooperação técnico-administrativa	6/10/1959	6/10/1959		
Acordo sobre privilégios e vantagens a peritos e técnicos franceses	22/1/1963	22/1/1963		
Acordo para a consolidação da dívida comercial brasileira	10/10/1964	10/10/1964		
Acordo sobre transportes aéreos regulares	29/10/1965	19/2/1967	60.868	16/6/1967
Acordo para um programa de desenvolvimento e modernização das telecomunicações no Brasil	25/7/1966	25/7/1966		
Acordo de cooperação técnica e científica	16/1/1967	3/8/1968	63.404	10/10/1968
Acordo para a cooperação no domínio das atividades espaciais entre o CNES, da França, e a COBAE, do Brasil	11/12/1973	13/3/1974		
Acordo de cooperação entre o	12/6/1975	12/6/1975		

FONTE: Adaptado do disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/bifrance.htm>>. Acesso em: 15 fev 2009.

Outro envolvimento interessante entre as nações se dá no âmbito da cooperação das atividades espaciais. É importante ressaltar que, em 1968, foi criado o Centro Espacial de Kourou (foto 1) em solo da Guiana Francesa, motivando as relações mencionadas. O Centro Espacial de Kourou, construído pela Agência Espacial Europeia, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento econômico da Guiana Francesa, não só por gerar empregos, mas também por introduzir tecnologia de ponta e informática, transformando a Guiana Francesa num dos mais importantes territórios europeus em solo americano.

Sinteticamente, esse foi o contexto político que delineou a relação franco-brasileira ao longo de quase todo o século XX para sua fronteira. Contudo, essa lógica de “esquecimento” e isolamento pela qual o ambiente fronteiriço conviveu foi sendo redesenhado na última década do milênio passado. Vias de conexão foram construídas, dando maior unidade territorial em cada um deles, e uma nova lógica geoestratégica se estabeleceu em tempos que a preocupação ambiental passou a se tornar central, necessitando a sociedade humana ter uma outra racionalidade⁹ que não seja meramente econômica (LEFF, 2001) e uma ecologização da economia¹⁰ (ALTVATER, 1996).

FOTO 1 – BASE ESPACIAL DE KOUROU, GUIANA FRANCESA



FONTE: Disponível em: <http://www.esa.int/SPECIALS/Launchers_Europe_s_Spaceport/>. Acesso em: 30 mar 2009.

⁹ Leff (2001) explica que a sociedade humana é fortemente marcada pela racionalidade econômica e, por isso, o crescimento econômico está na matriz do desenvolvimento. Sugere que, pelo crescente movimento de degradação ambiental, essa racionalidade deve mudar o foco central, em que essa passe a ser ambiental, sobretudo.

¹⁰ Essa é a expressão que o autor usa para fornecer pistas a uma solução que substitua a atual base energética da produção, permeada pelos combustíveis fósseis, e identifique as possibilidades de um novo modo de produção ligado à revolução solar.

3.2 COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA INSTITUCIONALIZADA

Por cooperação transfronteiriça entende-se um conjunto de ações entre atores¹¹ de dois ou mais Estados nacionais, institucionalizadas ou não, a fim de elaborar-estruturar propostas com impactos nos dois lados da fronteira. Essas ações, quando institucionalizadas, são irradiadas a vários quilômetros de cada lado, e as subunidades administrativas centrais (capitais) estarão na gestão das políticas dessas relações internacionais numa escala local.

Para o caso franco-brasileiro, o processo de cooperação transfronteiriça institucionalizada começou em 1996, balizada pela elaboração de Acordo-Quadro entre as nações (quadro 2). Com base nesse mecanismo, Brasil e França reconfiguraram as políticas territoriais para o ambiente fronteiriço. Entre os documentos relacionados, estão aqueles que incidem sobre as relações na fronteira. Interessa destacar que a nomenclatura “cooperação” passou a ser extremamente recorrente nesse recorte temporal. Em tal contexto, a espacialidade das políticas territoriais passou a se projetar no lócus fronteiriço.

¹¹ Estados, municípios, organizações não-governamentais e associações são exemplos de atores que podem estabelecer cooperação transfronteiriça.

QUADRO 2 – ATOS INSTITUCIONAIS
FRANCO-BRASILEIROS (1996-2008)

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PROMULGAÇÃO	
			Decreto	data
Acordo quadro de cooperação	28/5/1996	1º/4/1997	2.200	8/4/1997
Acordo sobre o projeto de construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque	5/4/2001	5/4/2001		
Acordo relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá	15/7/2005	1º/6/2007		
Protocolo adicional ao acordo de cooperação técnica e científica para Criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica	23/12/2008	23/12/2008		

FONTE: Adaptado do disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/bifrance.htm>>. Acesso em: 15 fev 2009.

Depois da reconfiguração do uso territorial fronteiriço pelo Acordo-Quadro, somente em 2001 efetivamente ocorreu uma proposição de política territorial que pudesse promover interações espaciais mais fortes entre Amapá e Guiana Francesa, com a proposta de construção de uma ponte binacional franco-brasileira, corroborada em 2007 (quadro 2). Uma questão central a ser considerada é a dificuldade de acesso entre cidades centrais do Amapá e da Guiana Francesa, por causa do difícil deslocamento territorial no norte da rodovia BR-156, eixo central do transporte rodoviário no Estado do Amapá. Com isso, as interações espaciais entre Caiena e Macapá (figura 1) ainda não seriam plenamente efetivadas, mesmo com a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque. Outra proposta que remodelou o uso desse território foi a criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (CFBBA).

3.3 CONTROLE E USO DA BIODIVERSIDADE TROPICAL

Objetivamos neste tópico chamar a atenção para o uso político do território fronteiriço franco-brasileiro, tomando por base a geopolítica da biodiversidade. O caso aqui estudado evidencia que as políticas estruturadas em ambientes periféricos, do ponto de vista econômico, estão reforçando a lógica desigual do controle da informação e da gestão estratégica do território que, no caso amazônico, é expressivo pelo peso geopolítico¹². É importante mencionar que a biodiversidade representa um aspecto do meio ambiente que é caracterizado por forte influência da globalização (FEARNSIDE, 2002).

Analisaremos a seguir a proposta de criação do CFBBA, celebrado durante visita dos presidentes Nicolas Sarkozy (França) e Luis Inácio Lula da Silva (Brasil), em dezembro de 2008, na cidade de Oiapoque. No lastro de tal acordo, o Brasil terá que intensificar a repressão à exploração ilegal de ouro na fronteira com a Guiana Francesa, que tem gerado uma série de problemas. Um deles é o uso excessivo de violência francesa contra brasileiros.

O CFBBA (quadro 2) será constituído por núcleos de pesquisa dos dois países, articulados e estabelecidos de comum acordo, os quais utilizarão a infraestrutura técnica de seus territórios nacionais para promover interações espaciais no campo técnico-científico, de modo a executar projetos conjuntos no campo da biodiversidade. A proposta levará em consideração a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB¹³) de que são partes. Nesses termos, é interessante notar que um dos usos da

¹² Altvater (1992, p. 30) informa que, quando se extingue uma espécie de ave, extinguem-se 1/2 espécie de mamíferos, 2 espécies de peixes, 35 espécies de plantas e 90 espécies de insetos. Pelas informações, esclarece que o curso da evolução é influenciado por uma espécie, precisamente pelo *Homo sapiens*, em uma velocidade jamais ocorrida antes na história da vida da Terra, e que (p. 38) um sistema ecológico em colapso não pode ser consertado ou regenerado em pouco tempo. Os argumentos sugerem que pesquisas sobre a biodiversidade e seu uso racional são cada vez mais necessários.

¹³ A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. É um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente e funciona como um guarda-chuva legal/político para diversas convenções e acordos ambientais mais específicos. A CDB é o principal fórum mundial na definição do marco legal e político para temas e questões relacionados à biodiversidade (168 países assinaram a CDB e 188 países já a ratificaram, tornando-se estes parte da Convenção). Cf. <http://www.cdb.gov.br/CDB>.

biodiversidade é como objeto de pesquisas científicas. Esse uso para pesquisas, conforme Fearnside (2002), é altamente globalizado, pois a comunidade científica é global.

Os países objetivam a conservação da diversidade biológica, uso sustentável de seus componentes e repartição, “justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, estabelecidos pela Convenção sobre Diversidade Biológica¹⁴”. Resta saber se essa justiça será feita com os diversos grupos que habitam a faixa de fronteira franco-brasileira (figura 1). O CFBBA objetiva formar mais especialistas em biodiversidade amazônica, bem como possibilitar o desenvolvimento das pesquisas de recursos genéticos do bioma e o acesso aos conhecimentos tradicionais e o desenvolvimento de produtos. Interessa mencionar que a manutenção de estoques genéticos tem utilidade para usos ainda não desenvolvidos ou descobertos. Isso inclui o papel de organismos naturais como fonte de informações para direcionar a fabricação de novos fármacos, que é uma utilidade, cujo valor para a humanidade é maior do que a já considerável quantia de dinheiro movimentada pelas empresas farmacêuticas no mundo (FEARNSIDE, 2002, p. 172).

A cooperação bilateral tratará das seguintes áreas de ação prioritárias¹⁵:

- a) ordenamento territorial, regularização fundiária e zoneamento ecológico e econômico;
- b) avaliação da situação dos recursos naturais do bioma amazônico, tanto do lado brasileiro como do lado francês, mediante a utilização de dados e técnicas de sensoriamento remoto, inclusive satelitais;
- c) desenvolvimento, promoção e disseminação do manejo florestal sustentável;
- d) valorização energética dos produtos florestais e dos subprodutos da transformação da madeira, bem como o melhoramento dos processos industriais de transformação da madeira e de seus subprodutos em energia;
- e) desenvolvimento de estudos e promoção do intercâmbio de experiências sobre manejo florestal sustentável de baixo impacto,

¹⁴ Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_fran_192.htm>.

¹⁵ Ver texto completo em **Ambiente Brasil** (2009).

- viabilidade econômica do manejo florestal sustentável e desenvolvimento de tecnologias com vistas ao uso sustentável de espécies florestais;
- f) valorização econômica dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros e da biodiversidade, em particular, por meio da identificação de produtos e mercados potenciais, de metodologias de organização de cadeias produtivas e do desenvolvimento de tecnologias inovadoras;
 - g) metodologias para inventários florestais, faunísticos e da biodiversidade;
 - h) gestão para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade;
 - i) repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos.

No contexto da assinatura, ficou acordado que o Brasil enviará alunos de cursos profissionalizantes para escolas da França. Receberá um estaleiro francês no Estado do Rio de Janeiro (RJ), para produzir cinco submarinos, um deles movido à energia nuclear. Firmaram um contrato para a construção, no Estado de Minas Gerais, de 50 helicópteros militares com tecnologia francesa (AMBIENTE BRASIL, 2009).

4 CONTROLE-USO DA BIODIVERSIDADE E REFLEXOS LOCAIS

O CFBBA pode incentivar a evolução e a consolidação do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical, da Universidade Federal do Amapá (PPGBT-UNIFAP), Mestrado e Doutorado, além do Programa de Mestrado Multidisciplinar em Desenvolvimento Regional (MINTEG), da mesma instituição, à medida que esses programas podem organizar-se para receber investimentos em pesquisas acadêmicas sobre a biodiversidade amazônica e o desenvolvimento regional.

O documento assinado, por outro lado, não prevê como serão divididos os lucros daquilo que será descoberto na floresta, nem quais os impactos negativos e positivos para a escala local, ou seja, aquela do espaço vivido pelas pessoas e como salvaguardar os direitos de propriedade intelectual (IPRs) dos povos tradicionais que detêm o conhecimento sobre o aproveitamento de plantas medicinais.

Essa, para ser uma proposta com reais preocupações com o bioma amazônico e sua população, deve considerar as ideias das comunidades

indígenas e das lideranças comunitárias, o que não é percebido, claramente, ao ler os documentos do CFBBA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste trabalho evidencia que, em grande parte do século XX, o lócus fronteiro franco-brasileiro não foi alvo de políticas territoriais, a não ser aquelas com o objetivo de delimitar precisamente seus domínios territoriais. Na aurora do século XXI, o uso político desse território se reconfigurou, momento em que a palavra cooperação transfronteiriça passou a ser recorrente.

A biodiversidade é uma questão central no debate mundial, há algumas décadas. Os dois países em questão, um eminentemente sul-americano e ou outro europeu que possui um domínio político neste subcontinente, estão propondo interações espaciais ancoradas no controle-uso conjunto do bioma amazônico de que fazem parte. Por outro lado, não está claro como a proposta do CFBBA irá incentivar a melhoria socioespacial dos habitantes da fronteira.

Por isso, diversos debates ainda precisam ser feitos, envolvendo a interação da sociedade civil, comunidades indígenas, quilombolas e líderes comunitários, tanto do Amapá quanto da Guiana Francesa, pois estes, sobretudo de Oiapoque (Amapá) quanto de Saint-Georges (Guiana Francesa), serão os mais afetados pelos grandes interesses de integração física de mercados.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

AMBIENTE BRASIL. **França e Brasil vão instalar centro de pesquisa no Parque do Tumucumaque**. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=44417>>. Acesso em: 24 mar. 2009.

BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério H. ; SILVEIRA, C. B. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1986.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional – Secretaria de Programas Regionais, 2005. RETIS. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 10 jan. 2007 e 12 jan. 2009.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política**: território, escalas de ação Instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COURLET, C. Globalização e fronteira. **Ensaio FEE**, 1997.

FOUCHER, M. **Fronts et frontières**: un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1986, 1991.

HOUSE, J. W. The frontier zone: a conceptual problem for policy makers. In: **International Political Science Review**, v. 1, n. 4, p. 456-477, 1980.

JONES, M.; JONES, R.; WOODS, M. **An introduction to political geography**: space, place and politics. New York: Routledge, 2004. Disponível em: <<http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=107492741>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T.; DAMIANI, A.; SCHÄFFER, Neiva. (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. v. 1.

MODDIE, A. E. **Geografia e política**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

ROCQUE, C. **Grande enciclopédia da Amazônia**. 3 v. Manaus: AMEL, 1968. v. 3.

SANCHEZ, J. E.. **Geografia política**. Madrid: Síntesis, 1992.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: **território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record; 2001

SILVA, G. V. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira**: entre os ditames globais e as articulações locais. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Geociências. Porto Alegre, 2008.

SOARES, A. P. A. **Travessia**: análise de uma situação de passagem entre Oiapoque e Guiana Francesa. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 1995.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VISENTINI, P. F. **Guiana e Suriname**: uma outra América do Sul. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2009.